

Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. é uma Companhia, de capital aberto, fundada em maio de 1961, no Estado do Rio de Janeiro, e possui como objeto social o comércio atacadista e a distribuição de produtos farmacêuticos, cosméticos e similares, produtos de perfumaria e participação no capital de outras sociedades, independentemente do setor econômico e tem como acionista controlador a empresa BMK Participações S.A..

Através de sua área de logística, a Companhia distribui seus produtos nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-oeste, alcançando cobertura de 93,5% do mercado nacional.

São 12 (doze) Centros de Distribuição (CD) localizados em regiões estratégicas do país, sendo 6 (seis) totalmente automatizados e a sede corporativa no Rio de Janeiro.

A controladora e suas controladas (Grupo) que executam serviços de tecnologia de informação, planejamento e controle de cargas e transporte, promoção de vendas e pesquisa de mercado, operam em conjunto, além de sua atividade principal que é a distribuição de produtos farmacêuticos.

Em 24 de outubro de 2006, através do Ofício CVM/SEP/RIC/ 045-2006, a Companhia obteve o registro de Companhia Aberta para negociação de ações ordinárias na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (PFRM3).

2 Aquisição de controladas

Em 28 de dezembro de 2012 a Profarma adquiriu o controle da Arp Med S/A, adquirindo participação de 80 % das ações, com direito a voto desta. A Arp Med S.A. detém 100% da empresa Arp Med Serviços Ltda.

A aquisição da Arpmed contribuirá para complementar as atividades da Profarma, que assim passa a atuar também em um segmento de mercado de produtos de alto valor agregado e também oferece soluções customizadas de logística e inteligência de mercado, por meio de duas unidades de negócios complementares que também provêem serviços à indústria farmacêutica, atuando em especialidades como nutrição, próteses, hormônios, dermatologia, oftalmologia, entre outras, ampliando suas oportunidades de crescimento.

A seguir, são resumidos os tipos de contraprestações transferidas, os valores reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos (em bases provisórias) na data de aquisição e o ágio:

Contraprestação Transferida em 31/12/2012	Valor Justo
Aporte Primário	7.233
Aporte Secundário	6.828
Premio opção de compra	(285)
Total	13.776

Os aportes serão capitalizados da seguinte forma:

Aporte primário – 40% à vista, 30% em 12 meses e 30% em 24 meses após a compra, sem correção;

Aporte secundário – 50% à vista e 50% em 12 parcelas iguais, mensais e sucessivas com atualização pela variação do CDI;

Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos a valor justo	Em 31/12/2012
Caixa e equivalentes de Caixa	3.495
Contas a receber e outros créditos	19.890
Estoques	5.252
Investimento	-
Imobilizado	429
Intangível	78
Carteira de clientes	5.059
Fornecedores e outras contas a pagar	(17.637)
Empréstimos e Financiamentos	(12.845)
IR Diferido	(1.762)
Provisão para contingências (*)	(4.177)
Acervo líquido - 80%	(2.218)

* Detalhamento na nota explicativa no. 20

Ágio	
Valor total da contraprestação transferida	13.776
Valor total líquido de ativos identificáveis	(2.218)
Ágio	15.994

O montante de ágio apurado é atribuído principalmente a expectativa de benefícios econômicos futuro provenientes da diversificação de mercado e aumento do mix de produtos comercializados aliados ao incremento na posição consolidada de mercado da Companhia.

Adicionalmente à aquisição do controle por conta dos 80% de participação, a Profarma celebrou, simultaneamente, uma opção de compra dos 20% de participação remanescente, quando adquiridos, serão valorizados a um múltiplo EV/EBITDA de 4,0x com relação aos doze meses anteriores à aquisição, além do pagamento de um earn-out adicional atrelado às métricas de EBITDA e Ciclo de Caixa da Arpméd, limitado a R\$ 4.000, não provisionados de acordo com a expectativa da Companhia e não realização destes.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- Demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs);
- Demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com os CPCs.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com os CPCs, Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras consolidadas na avaliação dos investimentos no qual as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial no CPCs, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuído a controladora e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2013.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

3.2 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas e emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo estas:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (a) - Instrumentos Financeiros, estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (b) - Demonstrações Financeiras Consolidadas, inclui nova definição de controle na determinação de quais entidades serão incluídas nas demonstrações consolidadas de um grupo. A IFRS 10 substitui em parte a IAS 27 (CPC 36).

IFRS 11 - Negócios em Conjunto (b) - Operações Conjuntas, prescreve a contabilização para contratos nos quais existe controle conjunto. Consolidação proporcional não será mais permitida para empreendimentos conjuntos e/ou em que haja controle compartilhado.

IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (b) - Divulgação de Participação em Outras entidades, determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. A IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos na IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo (b) - Mensuração do valor justo - O IFRS 13 substitui as diretrizes relacionadas à mensuração do valor justo nas IFRSs existentes por uma única norma. Divulgações mais extensas serão necessárias.

IFRS 9 – Entra em vigor em 1º de janeiro de 2015.

IFRS 10, 11, 12 e 13 – Entram em vigor em 1º de janeiro de 2013.

A Companhia não adotou em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 nem espera adotar de forma antecipada tais pronunciamentos ou alterações. Os respectivos impactos desses pronunciamentos e alterações ainda não foram mensurados, a administração espera que nenhum desses novos pronunciamentos tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

4 Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

b. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento da transferência de riscos e benefícios acontece quando da efetiva distribuição dos medicamentos ao cliente final. A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado em função da entrega destas ao cliente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa sobre a sua realização.

c. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as IFRS e normas emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) exige que a Administração elabore estimativas baseadas em julgamentos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e suas premissas são revistas periodicamente. As revisões relacionadas a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e que possuem risco de resultar em ajuste dentro dos próximos exercícios sociais incluem provisão para devedores duvidosos (Nota 8), provisão para perdas de estoques (Nota 9), provisão para contingências (Nota 20) e mensuração de instrumentos financeiros (Nota 26).

d. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

- ***Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado***

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- ***Instrumentos mantidos até o vencimento***

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- ***Instrumentos disponíveis para venda***

São investimentos em instrumentos de patrimônio e em certos ativos relativos a instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

e. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à moeda estrangeira. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

f. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

g. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (quando aplicável, para melhor refletir o valor justo da transação).

O cálculo do valor presente é efetuado com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco da transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada na receita bruta. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada ao longo do prazo de vencimento da transação.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

h. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, deduzido de provisão para perda, quando aplicável, que não excede o valor de mercado (líquido realizável).

i. Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial.

j. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), caso aplicável. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 15 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

k. Ativos arrendados

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota explicativa nº 15. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato.

l. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, sendo eles:

- Ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios. O ágio sem vida útil definida é testado e deduzido das perdas por redução do valor recuperável acumuladas, se necessário.
- Outros ativos intangíveis adquiridos com vida útil definida são amortizados pelo período de 5 anos (direitos de distribuição de produtos com a amortização de acordo com o prazo contratual também é de 5 anos). Estes ativos são mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização.

m. Redução ao valor recuperável de ativos - impairment

Ativos financeiros

Ativos financeiros (formado substancialmente pelo contas a receber) são avaliados para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Administração não consideraria em outras transações, ou indicações de que o devedor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis (substancialmente o contas a receber). Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo (formado substancialmente pelo ativo imobilizado e intangível) são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Os ativos corporativos da Companhia não geram fluxos de caixa independentes. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A Companhia não identificou indicativos de perda desses ativos nos exercícios de 2012.

n. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são ajustados a valor presente (para melhor refletir o valor justo da transação), calculados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco da transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao passivo.

A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

o. Provisão

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p. Plano de remuneração baseado em ações

O benefício concedido a administradores, através do plano de opção de compra de ações, foi valorizado com base no valor justo e é registrado em despesa em contrapartida a conta de Reserva de Capital, à medida que o prazo do período da prestação de serviço seja cumprido, de acordo com a Deliberação CVM nº. 562 de 17 de dezembro de 2008. O cálculo foi efetuado utilizando-se o método binomial, Black & Scholes.

q. Subvenções governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

r. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais corrente quando eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

s. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

t. Demonstrações de valor adicionado

A companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

u. Informação por segmento

A Companhia opera substancialmente no segmento de distribuição de medicamentos e entende que eventuais segmentos adicionais não são relevantes, não ultrapassando os limites estabelecidos pelo CPC 22 Informações por Segmento. Portanto, a Administração da Companhia entende que essa divulgação não é aplicável.

5 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas:

	Participação (%)	
	31.12.2012	31.12.2011
Farmadacta Informática Ltda.	99,95%	99,95%
Locafarma Locadora e Transportes Ltda.	100,00%	100,00%
Promovendas Representações Ltda.	99,98%	99,98%
Interagile Propaganda e Promoções Ltda	100,00%	100,00%
Locafarma Soluções de Transportes e Logística Ltda.	98,00%	98,00%
Cannes RJ Participações S/A - Holding (*)	100,00%	100,00%

(*) Holding com participação indireta de 60% na Prodiel Farmacêutica S/A e 80% na Arp Med S/A.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações financeiras consolidadas.
- As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e consistem com aquelas utilizadas no exercício anterior.

6 Gerenciamento de Risco Financeiro

Gestão de capital

A Companhia mantém uma sólida base de capital para obter a confiança do investidor, credor e mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. O retorno sobre o capital aplicado considerando

os resultados das atividades econômicas e os dividendos para o acionista também são monitorados.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Os riscos de crédito, liquidez, mercado e capital estão descritos na nota explicativa nº 26.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Caixa e bancos	10.729	12.318	15.414	12.984
Aplicações financeiras	25.198	6.091	33.913	9.904
	<u>35.927</u>	<u>18.409</u>	<u>49.327</u>	<u>22.888</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2012, as aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários do Banco do Brasil, remunerado a taxa 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100% em 31 de dezembro de 2011).

A exposição do grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 26.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Clientes	504.435	433.083	567.611	487.315
Ajuste a valor presente	(1.839)	(2.654)	(1.856)	(2.711)
	<u>502.596</u>	<u>430.429</u>	<u>565.755</u>	<u>484.604</u>
Provisão para devedores duvidosos	(12.116)	(9.018)	(15.168)	(10.496)
	<u>490.480</u>	<u>421.411</u>	<u>550.587</u>	<u>474.108</u>

Em 31 de dezembro de 2012 o prazo médio de contas a receber foi de 50 dias (46 dias em 31 de dezembro de 2011).

Segue a posição dos saldos vencidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
De 1 a 30 dias	4.931	4.695	5.506	7.312
De 31 a 60 dias	2.227	1.403	2.404	3.751
De 61 a 90 dias	467	179	616	998
De 91 a 180 dias	623	771	1.081	1.466
Acima de 181 dias	12.568	10.079	16.686	11.926
	<u>20.816</u>	<u>17.127</u>	<u>26.293</u>	<u>25.453</u>

O valor da provisão para devedores duvidosos leva em consideração o histórico de perdas e análise dos vencimentos dos títulos, garantias envolvidas, renegociações e a atual situação financeira da contraparte. O valor da provisão é considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

Cabe ressaltar que a Companhia não possui contrato de venda de recebíveis e/ou seguro de créditos.

Os valores foram ajustados a valor presente considerando a taxa média de endividamento da companhia como taxa de desconto (vide taxas conforme nota explicativa nº 18).

Segue movimentação para devedores duvidosos:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2011	<u>9.018</u>	<u>10.496</u>
Adições	5.001	6.599
Baixas/Reversões	(1.903)	(1.927)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>12.116</u>	<u>15.168</u>

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Medicamentos	347.710	348.741	387.632	378.212
Perfumaria	38.639	32.060	38.639	32.060
Provisão para perda	(934)	(897)	(1.270)	(1.169)
Outros	261	107	514	107
	<u>385.676</u>	<u>380.011</u>	<u>425.515</u>	<u>409.210</u>

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisão para perda. A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

10 Impostos a recuperar e diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Circulante:				
ICMS	174.841	161.169	188.438	168.429
IR e CSLL	3.072	118	3.280	285
PIS e COFINS (*)	7.459	7.305	8.188	7.833
Outros	5	4	475	257
	185.377	168.596	200.381	176.804
Não circulante:				
IR e CSLL	8.593	8.593	8.593	8.593
PIS e COFINS (*)	4.782	4.680	4.782	4.681
	13.375	13.273	13.375	13.274
Impostos Diferidos				
IR e CSLL diferidos	1.198	7.285	6.851	8.931

O ICMS a recuperar refere-se substancialmente a substituição tributária sobre o valor dos estoques da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

No exercício a Controladora constituiu provisão para impostos diferidos, em contrapartida ao resultado no montante de R\$ 6.087 diminuindo o ativo não circulante para R\$ 1.198 (R\$ 7.285 em 31 de dezembro de 2011), decorrente de diferenças temporárias geradas pelos efeitos da Lei nº 11.941/09 e da constituição da provisão para contingências. Considerando o reconhecimento contábil constante do imposto diferido a Administração da Companhia considera que não há riscos de recuperação de tais saldos tendo em vista o histórico de lucratividade da Companhia.

(*) Referem-se ao reconhecimento em 30 de junho de 2010 de créditos de PIS/COFINS no montante de R\$ 11.986, resultado do levantamento de créditos de direito da Companhia sobre despesas e serviços. O referido levantamento foi baseado na análise de todos os pagamentos de despesas e serviços que não haviam sido computados em nova interpretação da legislação sobre a forma de tributação de PIS/COFINS no sistema de não cumulatividade, no que tange ao aproveitamento de créditos sobre insumos e serviços utilizados no processo produtivo da Companhia. Nossos consultores jurídicos avaliaram que tais créditos são legítimos e administração da Companhia considera a realização desses créditos como praticamente certa.

11 Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Circulante:				
Despesas antecipadas de seguros	627	589	724	589
Bloqueio judicial	1.487	1.232	1.507	1.251
Empréstimos a receber (a)	14.615	8.309	14.627	8.309
Verbas a Receber (d)	47.704	42.724	48.192	42.724
Outras Despesas antecipadas	3.718	3.039	3.928	3.039
	<u>68.151</u>	<u>55.893</u>	<u>68.978</u>	<u>55.912</u>
Não circulante:				
Créditos a homologar – IPI (b)	7.164	7.164	7.164	7.164
Bens destinados à venda	3.145	1.145	3.145	1.145
Seguros a receber	312	312	312	312
Outros ativos (c)	2.682	2.290	7.051	2.417
	<u>13.303</u>	<u>10.911</u>	<u>17.672</u>	<u>11.038</u>

(a) Refere-se a empréstimos em espécie concedidos a clientes, à taxas de mercado, com fianças e com objetivo principal de incremento de vendas, tendo seus vencimentos condicionados a meta de compra de produtos da Profarma em valores e condições determinados em contrato.

(b) Refere-se a crédito com terceiros por compra de créditos fiscais. A Companhia impetrou ação judicial para ressarcimento dos valores pagos na aquisição destes títulos. Baseada na posição de seus consultores jurídicos, entendendo haver boas chances de êxito, sendo que nenhuma provisão para perda foi registrada em 31 de dezembro de 2012.

(c) Composto principalmente por aplicações no montante de R\$ 2.462 do Banco BRB (R\$ 2.290 em 31 de dezembro de 2011) vinculadas como garantia ao financiamento de longo prazo obtido no mesmo banco.

(d) Refere-se principalmente a saldo de verbas a receber de fornecedores relativos a operações logísticas estruturadas visando fomentar a venda de determinados produtos.

12 Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas, relacionadas na nota explicativa nº 5, operam em conjunto e a composição acionária da controladora está demonstrada na nota explicativa nº 22.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Controladora e suas controladas.

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços (vencíveis no curto prazo, sem incidência de juros) entre a Profarma e suas partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

	31.12.2012							31.12.2011	
	Farmadacta	Locafarma Transportes	Promovendas	Locafarma Soluções	Prodiet	Cannes	Interagile	Total	Total
Contas a receber	-	-	-	31	117	-	-	148	324
Ativo não circulante	-	262	-	6	-	-	94	362	357
Fornecedores	(2.758)	(3.708)	(2.382)	(613)	-	-	-	(9.461)	(7.745)
Passivo não circulante	(208)	-	(38)	-	-	-	-	(246)	(8.579)
Despesas	1.884	-	1.533	3.136	-	-	-	6.553	3.190
Receitas	-	-	-	(360)	(1.673)	-	-	(2.033)	(324)

Os saldos e as transações entre a companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação, e no cálculo de equivalência patrimonial.

13 Remuneração do pessoal chave da Administração

No exercício, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$ 2.265 (R\$ 1.946 no exercício de 31 de dezembro de 2011) e da Diretoria R\$ 638 (R\$ 594 no exercício de 31 de dezembro de 2011). Os encargos sociais sobre estas remunerações totalizaram R\$ 581 (R\$ 508 no exercício de 31 de dezembro de 2011). Além da remuneração, a Companhia concede aos seus Diretores plano de opção de compra de ações no valor de R\$ 383 (R\$ 290 no exercício de 31 de dezembro de 2011) e seguro saúde e de vida no montante de R\$ 209 (R\$ 171 no exercício de 31 de dezembro de 2011).

14 Investimentos

a. Informações das controladas

	Farmadacta Informática Ltda.		Locafarma Locadora e Transporte Ltda.		Promovendas Representações Ltda.		Interagile Propaganda e Promoções Ltda.		Locafarma Soluções e Transporte Ltda.		Cannes RJ Participações S/A(*)		Total	
	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11	31.12.12	31.12.11
Capital social	8	8	10	10	8	8	350	350	50	50	26.052	26.052		
Qtde de quotas (lote mil)	8	8	10	10	8	8	350	350	50	50	26.052	26.052		
Patrimônio líquido	3.098	2.892	3.698	3.790	2.188	1.357	293	293	391	40	36.635	27.209		
Resultado do período	205	165	(91)	530	831	335	-	(45)	351	(10)	2.105	1.159		
Participação em - %	99,95%	99,95%	100,00%	100,00%	99,98%	99,98%	100,00%	100,00%	98,00%	98,00%	100,00%	100,00%		
Participação PL	3.096	2.891	3.698	3.790	2.188	1.357	293	293	383	40	36.635	27.209	46.293	35.580

(*) Holding com participação indireta de 60% na Prodiet Farmacêutica S/A e 80% na Arp Med S/A.

b. Movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Locafarma			Locafarma			Total
	Farmadacta	Transportes	Promovendas	Soluções	Cannes(*)	Interagile	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.891	3.790	1.357	40	27.209	293	35.580
Equivalência patrimonial	205	(92)	831	343	2.105	-	3.392
Adiantamento futuro aumento capital	-	-	-	-	7.321	-	7.321
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.096	3.698	2.188	383	36.635	293	46.293

O ramo de atividade das controladas são os destacados abaixo:

Farmadacta – prestadora de serviço de tecnologia da informação;
Locafarma Transportes e Locafarma Soluções – planejamento e controle de cargas e tranpostes;
Promovendas e Interagile – promoção de vendas e pesquisa de mercado;
Prodiet – distribuição de produtos farmacêuticos;
Arpmed – distribuição de produtos farmacêuticos;
Cannes – Holding.

Todas as empresas do grupo têm seus endereços registrados no Brasil.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de julho de 2012 foi aprovado aquisição imediata de 80% do capital total da Arpmed por meio de um aporte primário de R\$ 7,2 milhões e uma aquisição secundária de R\$ 6,8 milhões, representando um múltiplo EV/EBITDA (2012E) de 5,3x após sinergias, além do pagamento de um earn-out adicional atrelado às métricas de Ebitda e Ciclo de Caixa da Arpmed. Os 20% de participação remanescentes, quando adquiridos, serão valorizados a um múltiplo EV/Ebitda de 4,0x com relação aos doze meses anteriores à aquisição. Eventuais contingências de competência anterior à data de fechamento do contrato de aquisição serão de responsabilidade integral dos vendedores da Arpmed. Esta transação foi aprovada pelo CADE em 28 de dezembro de 2012.

15 Imobilizado

Controladora									
		31.12.2011	31.12.2012					31.12.2011	
	Taxa	Custo	Adições	Baixa	Transf.	Custo	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Benfeitorias	10%	13.481	266	-	1.486	15.233	(7.697)	7.536	7.063
Móveis e utensílios	10%	9.664	1.561	-	-	11.225	(4.861)	6.364	5.625
Veículos	20%	1.641	-	-	-	1.641	(1.349)	292	421
Hardware	20%	13.135	1.639	-	-	14.774	(10.795)	3.979	3.605
Máquinas e equipamentos	10%	20.531	358	(77)	5.910	26.722	(14.329)	12.393	7.573
Imobilizado em andamento		5.333	2.123	-	(7.396)	60	-	60	5.332
		63.785	5.947	(77)	-	69.655	(39.031)	30.624	29.620
Consolidado									
		31.12.2011	31.12.2012					31.12.2011	
	Taxa	Custo	Adições	Baixa	Transf.	Custo	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Benfeitorias	10%	14.213	627	-	1.486	16.326	(7.835)	8.491	7.740
Móveis e utensílios	10%	10.293	1.965	(7)	-	12.251	(5.099)	7.152	6.204
Veículos	20%	1.744	107	(15)	-	1.836	(1.433)	403	518
Hardware	20%	13.460	3.036	(51)	-	16.445	(11.558)	4.887	3.885
Máquinas e equipamentos	10%	20.920	608	(85)	5.910	27.353	(14.465)	12.888	7.922
Imobilizado em andamento		5.332	2.147	-	(7.396)	83	-	83	5.332
		65.962	8.490	(158)	-	74.294	(40.390)	33.904	31.601

O imobilizado da Companhia não apresenta indícios de *impairment*.

16 Intangível

Controladora									
	31.12.2011	31.12.2012						31.12.2011	
	Taxa	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Marcas e Patentes		14	-	-	-	14	-	14	14
Software	20%	9.650	2.021	-	230	11.901	(7.605)	4.296	3.654
Ágio (a)		3.985	-	-	-	3.985	-	3.985	3.985
Direito de Distribuição	20%	2.247	-	-	-	2.247	(502)	1.745	2.217
Software em desenvolvimento		241	35	-	(230)	46	-	46	240
		16.137	2.056	-	-	18.193	(8.107)	10.086	10.110
Consolidado									
	31.12.2011	31.12.2012						31.12.2011	
	Taxa	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Marcas e Patentes		19	-	-	-	19	-	19	19
Software	20%	10.204	3.704	(150)	230	13.988	(8.148)	5.840	4.102
Carteira de clientes		777	5.059	-	-	5.836	(155)	5.681	777
Ágio (a / b / c)		16.064	15.993	-	-	32.057	-	32.057	16.064
Direito de Distribuição	20%	2.247	-	-	-	2.247	(502)	1.745	2.217
Opção de compra - 40% Prodiel / 20% Arpmid		939	285	-	-	1.224	-	1.224	939
Software em desenvolvimento		241	35	-	(230)	46	-	46	240
		30.491	25.076	(150)	-	55.417	(8.805)	46.612	24.358

a. Ágio na aquisição dos ativos da Dimper

Para o saldo de R\$ 3.985, referente à aquisição dos ativos da Dimper ocorrida em 2009, foi efetuado o teste de recuperação do ágio em 31/12/2012, considerando o fluxo de caixa descontado de 10 anos a taxa de 9,48% aa, com base no orçamento anual para o exercício de 2012 e o planejamento de longo prazo até 2022, com crescimento projetado para os dois primeiros anos de 5% extrapolando para os demais anos em regime de perpetuidade.

O teste de recuperação efetuado em 31 de dezembro de 2012 comprovou o retorno econômico (valor em uso) sobre o ágio existente até 2012 de R\$ 3.985.

b. Ágio na aquisição da Prodiel

Para o saldo de R\$ 12.078, referente à aquisição dos ativos da Prodiel ocorrida em outubro de 2011, foi efetuado o teste de recuperação do ágio em 31/12/2012, considerando o fluxo de caixa descontado de 10 anos a taxa de 9,48% aa, com base no orçamento anual para o exercício de 2012 e o planejamento de longo prazo até 2022, com crescimento projetado para os dois primeiros anos de 5% extrapolando para os demais anos em regime de perpetuidade.

O teste de recuperação efetuado em 31 de dezembro de 2012 comprovou o retorno econômico (valor em uso) sobre o ágio existente até 2012 de R\$ 12.078.

c. Ágio na aquisição da Arpméd

O saldo de R\$ 15.993, referente à aquisição da Arp Med S.A. em dezembro de 2012 (para maior detalhamento vide nota explicativa nº 02 das Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012), refere-se a expectativa de benefícios econômicos futuros provenientes da diversificação de mercado e aumento do mix de produtos comercializados aliados ao incremento na posição consolidada de mercado da Companhia, no mercado de produtos de alto valor agregado e próteses e regional do Brasil. A análise de valor justo para fins da aquisição em dezembro de 2012 sustenta a recuperação do ágio em 31 de dezembro de 2012.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Fornecedores-Mercadorias p/ Revenda	460.098	387.361	511.158	433.070
Fornecedores-Mercadorias não Revenda	14.584	12.230	8.006	5.594
Ajuste a valor presente	(4.499)	(4.002)	(4.514)	(4.118)
	<u>470.183</u>	<u>395.589</u>	<u>514.650</u>	<u>434.546</u>

A Companhia possui uma política de gerenciamento de risco financeiro para assegurar que contas a pagar sejam liquidadas dentro do prazo.

Em 31 de dezembro de 2012 o prazo médio de pagamento de fornecedores foi de 51 dias (47 dias em 31 de dezembro de 2011).

A exposição do Grupo a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 26.

Segue a posição dos saldos a pagar por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
De 31 a 60 dias	190.235	135.163	229.188	161.965
De 61 a 90 dias	124.346	168.909	135.793	181.987
De 91 a 180 dias	145.517	83.289	146.177	89.118
	<u>460.098</u>	<u>387.361</u>	<u>511.158</u>	<u>433.070</u>

18 Financiamentos e empréstimos

Instituições	Indexador	Juros	Controladora		Consolidado	
			31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Banco Santander	CDI	110,0% do CDI	17.183	20.078	27.711	20.078
Banco do Brasil	CDI	111,1% do CDI	70.133	40.468	75.615	42.450
HSBC	CDI	110,0% do CDI	17.150	20.034	17.150	20.034
Banco Bradesco	CDI	1,05 % a.m.	-	16.927	500	16.927
Banco Banrisul	CDI	120,0% do CDI	-	-	3.068	-
Banco Safra	CDI	109,1% do CDI	40.054	-	48.745	-
Banco BRB (*)		2,43 % a.a.	6.060	2.167	6.060	2.167
Banco Safra		3,9555% a.a. (US\$)	26.409	22.914	36.299	31.562
Banco Itaú		1,06% a.m.	-	-	7.297	-
CitiBank		1,70 % a.m	-	8.194	186	8.194
			176.989	130.782	222.631	141.412
Circulante			103.880	41.173	138.537	43.155
Não circulante			73.109	89.609	84.094	98.257

Nas operações dos empréstimos e financiamentos acima descritas, 93% não possuem garantias. As demais estão parcialmente garantidas por caução de recebíveis e aplicações financeiras para o financiamento do Banco de Brasília – BRB (R\$ 2.462).

Nos contratos de financiamentos firmados com os bancos, Santander e Banco do Brasil existem cláusulas e condições a serem cumpridos – covenants – relacionados ao grau de liquidez da Companhia.

Os covenants, caso sejam descumpridos podem levar à antecipação dos empréstimos tomados estão abaixo descritas:

	Divida Líquida / Ebitda	Ebitda / Serviço da Dívida Líquida	Liquidez Corrente
Santander	< 2,50	> 2,20	> 2,00
Banco do Brasil	< 2,20		

Em caso do não atendimento às condições, as instituições financeiras têm a opção de solicitar a liquidação antecipada de tais empréstimos.

Todos os indicadores solicitados pelos contratos têm sido mantidos dentro das faixas estabelecidas.

(*) Em 2009 e 2011 foram obtidos financiamentos, com vencimentos respectivamente em 2034 e 2036, junto ao Banco de Brasília S.A. no âmbito do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal - PROF-DF II – Financiamento Especial para o desenvolvimento – FIDE/DF, com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEFÉ. Este está registrado ao valor presente com base na taxa média do endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e pode ser liquidado através de leilão da dívida, considerando o saldo devedor, trazido a valor presente pela taxa do CDI vigente, deduzido da aplicação financeira depositada como garantia.

As parcelas do financiamento vencíveis a longo prazo tem o seguinte cronograma de desembolso:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
2013	-	23.515	-	24.750
2014	27.672	26.547	33.005	29.018
2015	27.546	26.547	30.372	29.018
2016	11.831	10.833	14.657	13.304
2034	3.579	712	3.579	712
2036	2.481	1.455	2.481	1.455
	<u>73.109</u>	<u>89.609</u>	<u>84.094</u>	<u>98.257</u>

19 Impostos e Taxas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Circulante:				
ICMS	11.905	11.980	12.921	12.325
IR e CSLL	-	-	1.428	533
PIS e COFINS	-	173	37	178
Parcelamento - ICMS (a)	3.942	4.716	3.942	4.716
Parcelamento - REFIS	2.964	2.692	3.582	2.705
Outros	1.193	817	1.826	912
	<u>20.004</u>	<u>20.378</u>	<u>23.737</u>	<u>21.369</u>
Não circulante:				
Parcelamento - ICMS (a)	16.737	16.513	18.721	18.876
Parcelamento - REFIS	34.547	37.684	39.545	43.759
Outros	-	-	1.773	-
	<u>51.284</u>	<u>54.197</u>	<u>60.039</u>	<u>62.635</u>

(a) Conforme descrito na nota explicativa nº 3 foi registrado parcelamento de ICMS em 2011 para melhor apresentação.

Segue abaixo demonstrativo dos tributos/processos incluídos no parcelamento:

	Controladora	Consolidado
Parcelamento - PAES	4.367	4.367
Parcelamento - INSS	975	975
Valores a recolher - créditos a homologar	15.808	15.812
Contingências Tributárias	<u>16.537</u>	<u>21.973</u>
	<u>37.687</u>	<u>43.127</u>

20 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Tributárias	-	-	11.528	9.488
Cíveis	191	109	452	370
Trabalhistas	3.698	2.879	5.393	3.326
	<u>3.889</u>	<u>2.988</u>	<u>17.373</u>	<u>13.184</u>

Segue Movimentação da Provisão:

Controladora

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2011	<u>-</u>	<u>109</u>	<u>2.879</u>	<u>2.988</u>
Adições	-	82	997	1.079
Utilizações e Baixas	-	-	(178)	(178)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>-</u>	<u>191</u>	<u>3.698</u>	<u>3.889</u>

Consolidado

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2011	<u>9.488</u>	<u>370</u>	<u>3.326</u>	<u>13.184</u>
Adições	4.010	91	2.443	6.544
Utilizações e Baixas	(1.970)	(9)	(376)	(2.355)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>11.528</u>	<u>452</u>	<u>5.393</u>	<u>17.373</u>

As principais causas trabalhistas têm origem em solicitações de horas extras, questões de FGTS e vínculo empregatício.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, no montante de, aproximadamente, R\$ 80.595 (R\$ 66.911 em 31 de dezembro de 2011) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. As principais causas referem-se a:

- Autuação, em 2010, pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal referente recolhimento a menor decorrente da apuração de diferença na base de cálculo de ICMS substituição tributária, no montante de R\$ 31.578 (R\$ 31.578 em 31 de dezembro de 2011). A Administração da Companhia, baseada na posição de seus assessores jurídicos, considera a chance de perda possível.
- Exigência de COFINS escriturada na contabilidade da Companhia e, supostamente, não declarados em DCTF, relativos ao ano-calendário de 2006, no montante de R\$ 5.052 (R\$ 5.052 em 31 de dezembro de 2011). A Administração da Companhia, baseada na posição de seus assessores jurídicos, considera a chance de perda possível.

21 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação da taxa efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social, debitada em resultado, é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	50.797	29.962	50.797	29.962
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	17.271	10.187	17.271	10.187
Equivalência patrimonial (-) provisão para perdas	(1.153)	(570)	-	-
Subvenções governamentais	(9.501)	(6.325)	(9.501)	(6.325)
Reversão de Provisões Não Dedutíveis	-	(249)	-	(309)
Efeito empresas controlada - Lucro Presumido	-	-	2.296	-
Outras adições/exclusões	3.594	499	3.424	845
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	10.211	3.542	13.490	4.398
Alíquota efetiva	20%	12%	27%	15%

As controladas Farmadacta Informática Ltda., Locafarma Locadora e Transportes Ltda., Promovendas Representações Ltda., Interagile Propaganda e Promoções Ltda., Locafarma Soluções de Transportes e Logística Ltda e a controladora e suas controladas, Cannes RJ Participações S.A. (direta) optaram pelo regime de tributação de lucro presumido.

A Profarma e sua controlada indireta, Prodiel Farmacêutica S.A., optaram pelo regime de tributação do lucro real.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a Companhia e suas controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, devendo ser considerado para fins tributários os métodos e critérios contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2007.

b. Composição dos ativos fiscais diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis:

(i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (iii) aos efeitos gerados pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT).

Até 31 de dezembro de 2012, só foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias e sobre o RTT. Segue composição:

Controladora

	31.12.2012			31.12.2011		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo						
Diferenças Temporárias	858	289	1.147	5.001	1.801	6.802
Efeitos do Regime Tributário de Transição	23	28	51	355	128	483
Longo Prazo	881	317	1.198	5.356	1.929	7.285

Consolidado

	31.12.2012			31.12.2011		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo						
Diferenças Temporárias	5.015	1.785	6.800	6.211	2.237	8.448
Efeitos do Regime Tributário de Transição	23	28	51	355	128	483
Longo Prazo	5.038	1.813	6.851	6.566	2.365	8.931

De acordo com o Pronunciamento CPC nº 32 – Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599/09, a Companhia fundamenta o registro contábil dos seus créditos fiscais na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, elaborado anualmente nos encerramentos dos exercícios sociais. Casos se apresentem fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas serão revisadas durante o exercício social corrente.

22 Patrimônio líquido (controladora)

a. Capital social

O capital social integralizado é de R\$ 397.895 em 31 de dezembro de 2012 (396.084 em 31 de dezembro de 2011), dividido em 33.543.341 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 07 de outubro de 2011 o Conselho de Administração deliberou sobre aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 134.754 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 7,40 por ação no montante total de R\$ 997. O referido aumento foi em razão do exercício de opção de compra, conforme Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado nas Assembléias Gerais Extraordinárias de 02 de outubro de 2006 e 29 de maio de 2009.

Em 08 de agosto de 2012 o Conselho de Administração autorizou o aumento do capital, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de 244.682 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 7,40 por ação, perfazendo um total de R\$ 1.811. O preço de emissão foi fixado com base no disposto no Regulamento do Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia atualmente em vigor.

Segue a posição acionária referente ao capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Posição em 31.12.2012 (Em unidades de ações)		
PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A.	Posição Acionária Consolidada	
Acionista	Ações Ordinárias	
	Quantidade	%
Controlador	18.934.291	56,4%
Conselho de Administração	3	0,0%
Diretoria	1	0,0%
Ações em Tesouraria	1.019.200	3,0%
Ações em Circulação	13.589.846	40,6%
Total	33.543.341	100,0%

Posição em 31.12.2011 (Em unidades de ações)		
PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS S.A.	Posição Acionária Consolidada	
Acionista	Ações Ordinárias	
	Quantidade	%
Controlador	18.934.291	57,1%
Conselho de Administração	3	0,0%
Diretoria	1	0,0%
Ações em Tesouraria	86.500	0,3%
Ações em Circulação	14.277.864	42,6%
Total	33.298.659	100,0%

Segue abaixo movimentação das ações em circulação:

Saldo ações em circulação em 31/12/2011	14.277.864
Recompra de ações	(932.700)
Novas Ações Ordinárias	244.682
Saldo ações em circulação em 31/12/2012	13.589.846

b. Ações em tesouraria

Em 10 de dezembro de 2012 o Conselho de Administração aprovou a abertura de um novo programa de recompra de ações, por um período de 365 dias, de no máximo 335.000 ações ordinárias da Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento.

A quantidade de ações recompradas no exercício foi de 932.700 (86.500 em 2011) e o preço médio pago foi de R\$ 10, mínimo de R\$ 9 e máximo de R\$ 11 para ambos os anos.

c. Pagamento baseado em ações

Os benefícios concedidos a administradores, através dos planos de opção de compra de ações, foram valorizados com base no valor justo e estão sendo registrados como despesa em contrapartida a conta de Reserva de Capital, à medida que incorram em obrigações pela prestação de serviço conforme CPC 10 Pagamento Baseado em Ações. O montante do benefício foi calculado com base no método Black & Scholes, na data de cada outorga. No exercício foi registrado o montante de R\$ 1.701 (R\$ 1.426 no exercício de 31 de dezembro de 2011) em Despesa com Pessoal tendo como contrapartida a conta Reserva de Capital.

A volatilidade esperada é estimada considerando a volatilidade de histórico de preço médio de ação. As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga dos planos de pagamento baseado em ações são:

Valor justo das opções de compra de ações e premissas	5º plano compra de ações 26/08/2011	4º plano compra de ações 24/09/2009	3º plano compra de ações 29/05/2009
Valor justo na data de outorga	3,02	7,73	5,31
Cotação na data de outorga	8,29	16,00	9,60
Preço de exercício	12,02	15,66	7,40
Volatilidade esperada (média ponderada da volatilidade)	40,37%	42,51%	44,11%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	7 anos	5 anos	3 anos
Dividendos esperados	0,84%	1,69%	1,69%
Taxa de juros livre de risco (baseado em títulos do governo)	5,32%	6,23%	11,56%

d. Reservas

- **Reserva legal**

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva Estatutária*

É destinada à expansão das atividades da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, em montante não inferior a 5% do lucro líquido do exercício após deduções legais e estatutárias, conforme Estatuto Social da Companhia, não podendo exceder a 80% do capital social subscrito.

- *Reserva de Incentivos Fiscais*

A companhia constitui reserva de incentivos fiscais referente a créditos presumidos de ICMS de entrada de produtos, bem como de operações interestaduais concedidos nos termos do Decreto no 36.450, de 29 de outubro de 2004, previsto no Termo de Acordo de Regime Fiscal firmado com a Secretaria de Fazenda.

e. Dividendos

O Estatuto social determina um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei 6.404/76.

Neste ano o Conselho aprovou uma proposta da Diretoria de dividendos adicionais, que somados ao dividendo mínimo obrigatório totalizariam R\$ 6.651, conforme apresentado abaixo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro Líquido do exercício	40.586	26.420
(-) Reserva Legal	(2.029)	(1.321)
(-) Subvenções Governamentais	<u>(27.993)</u>	<u>(18.602)</u>
Base de cálculo	<u>10.564</u>	<u>6.497</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>2.641</u>	<u>1.624</u>
Dividendos adicionais propostos	<u>4.010</u>	<u>3.026</u>
Dividendos Totais	6.651	4.650
Dividendo a Pagar por ação	0,20	0,14

O saldo remanescente do lucro do exercício está sendo destinado à Reserva estatutária.

Ocorreu uma realocação entre os dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais de 2011 em função dos ajustes descritos na nota explicativa nº 3.

23 Resultado por Ação

Resultado básico

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste exercício, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 conforme o quadro abaixo:

	Períodos de doze meses findos em	
	31.12.2012	31.12.2011
Lucro Líquido Atribuível aos acionistas	40.586	26.420
Quantidade de ações (em milhares - média ponderada)	32.524	33.299
Resultado por ação básico (R\$)	1,248	0,793

A Companhia não possui ações preferenciais.

Resultado diluído

Sobre o resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o resultado por ação diluído foi calculado conforme segue:

	Períodos de doze meses findos em	
	31.12.2012	31.12.2011
Média ponderada de ações	32.524	33.299
Efeitos potenciais de subscrição de opções de ações (média ponderada)	359	1.027
Total média ponderada de ações - resultado diluído (milhares de ações)	32.883	34.326
Resultado por ação diluído (R\$)	1,234	0,770

O valor médio de mercado das ações da Companhia, para os propósitos de cálculo dos efeitos de diluição das opções de ação, foi baseado em valores de mercado cotados para o exercício, durante o qual as opções estavam em aberto.

24 Receita operacional

	Períodos de doze meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Receita operacional bruta				
Venda de produtos	3.454.471	3.232.352	3.802.677	3.317.048
Impostos e outras deduções	(522.636)	(497.304)	(569.620)	(507.269)
Receita operacional líquida	<u>2.931.835</u>	<u>2.735.048</u>	<u>3.233.057</u>	<u>2.809.779</u>

25 Resultado financeiro

	Períodos de doze meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Despesas financeiras				
Juros	(18.581)	(20.756)	(21.188)	(21.318)
Atualizações monetárias passivas	(60)	(2.032)	(60)	(2.032)
Despesa financeira - AVP	(11.074)	(14.393)	(11.363)	(14.393)
Resultado de SWAP Ajuste Mercado	1.474	(473)	1.996	(555)
Outros	(7.281)	(3.547)	(8.237)	(3.877)
	<u>(35.522)</u>	<u>(41.201)</u>	<u>(38.852)</u>	<u>(42.175)</u>
Receitas financeiras				
Juros	1.216	2.368	1.840	2.514
Atualizações monetárias ativas	427	472	427	475
Receita financeira - AVP	7.768	7.954	7.925	7.954
Outros	46	42	46	43
	<u>9.457</u>	<u>10.836</u>	<u>10.238</u>	<u>10.986</u>
Resultado financeiro	<u>(26.065)</u>	<u>(30.365)</u>	<u>(28.614)</u>	<u>(31.189)</u>

26 Instrumentos Financeiros & Gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado, estimativas e metodologias apropriadas. Entretanto, foram aplicados julgamentos e interpretações para produzir o valor de realização mais adequado. Os montantes estimados a partir desta metodologia, não necessariamente podem ser realizados no mercado.

A Administração e acompanhamento destes instrumentos são realizados através de monitoramento sistemático, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

26.1 Valor justo versus valor contábil

A Administração entende que ativos e passivos financeiros não demonstrados nesta nota estão com o valor contábil com uma apresentação razoável do valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Controladora					
31.12.2012		31.12.2011		Nível	
Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativos mensurados pelo valor justo					
Aplicações Financeiras	25.198	25.198	6.091	6.091	2
Derivativos Ativos - Swap	3.131	3.131	457	457	2
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Empréstimos e Financiamentos	176.989	183.577	130.782	138.592	2
Passivos mensurados pelo valor justo					
Derivativos Passivos - Swap	-	-	(1.278)	(1.278)	2

Consolidado					
31.12.2012		31.12.2011		Nível	
Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativos mensurados pelo valor justo					
Aplicações Financeiras	33.913	33.913	9.904	9.904	2
Derivativos Ativos - Swap	4.556	4.556	865	865	2
Opção de compra - 40% Prodiel	939	939	939	939	3
Opção de compra - 20% Arpmid	285	285	-	-	3
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Empréstimos e Financiamentos	222.631	223.668	141.412	149.784	2
Passivos mensurados pelo valor justo					
Derivativos Passivos - Swap	-	-	(1.278)	(1.278)	2

As tabelas acima apresentam ainda a hierarquia do valor justo de acordo com o método de avaliação utilizado pela companhia. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

26.2 Valorização dos instrumentos financeiros – Valor Justo

a. Aplicações financeiras

Classificadas como ativos financeiros, mensuradas ao seu valor justo através do resultado. As taxas de juros que remuneram os equivalentes de caixa da Companhia, no encerramento do exercício, se aproximam das taxas de mercado para operações de natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis dos equivalentes de caixa são similares aos de mercado.

b. Empréstimos e financiamentos

Classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo através do resultado e estão contabilizados pelo seu custo amortizado. As taxas de juros de empréstimos contratados se aproximam das taxas de mercado para instrumentos de natureza, prazo e riscos semelhantes e, por tanto, o valor contábil dos empréstimos é similar ao mercado.

c. Instrumentos Financeiros – swaps

Mensurados ao valor justo têm como objetivo a proteção às oscilações das moedas estrangeiras.

As operações de swap em aberto foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimos em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, trocando exposição cambial dos empréstimos pela exposição ao CDI, não sendo, no entanto caracterizados como hedge accounting. Os ganhos e perdas gerados pela apropriação de juros e ajustes para a marcação a mercado estão registrados no resultado.

Os Swaps estão reconhecidos pelo seu valor justo. Em todos os Swaps contratados a Companhia receberá a variação cambial acrescida de taxa pré-fixada (“Ponta Ativa”) e em contrapartida pagará a variação de um percentual do CDI (“Ponta Passiva”).

O valor justo da Ponta Ativa é calculado da seguinte forma: o valor em dólares na data de vencimento da operação é descontado a valor presente pelo fator pro rata temporis do cupom cambial em dólares correspondente à data de vencimento na data de cálculo. O valor justo da Ponta Ativa é igual ao valor presente em dólar multiplicado pelo Dólar Ptax de fechamento da database.

O valor justo da Ponta Passiva é calculado da seguinte forma: é calculado o valor em reais na data de cálculo através da apropriação diária do fator do percentual do CDI de cada contrato. A partir desse valor é calculado o montante estimado na data de vencimento através da multiplicação da taxa pré-fixada brasileira de mercado pelo valor percentual do CDI contratado. O valor justo da Ponta Passiva é igual ao montante estimado na data de vencimento descontado a valor presente pelo fator pro rata temporis da taxa pré-fixada brasileira.

O valor a ser liquidado no vencimento será a diferença entre a Ponta Ativa e Ponta Passiva. Os valores do cupom cambial em dólares e da taxa pré-fixada são obtidos através de fontes de mercado independentes como a BM&F e provedores de informações financeiras enquanto a cotação dólar Ptax é obtida no BACEN.

As operações de swap utilizadas para proteção de empréstimos estão resumidas a seguir:

Descrição	Valor de referência (Nocional)		Valor justo	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Contratos de "swaps"				
Indexador:				
Dólar norte-americano + 7,3414 % ao ano				
Op. Citibank				
Total Op. Citibank	-	5.920	-	(1.278)
Indexador:				
Total Op. Safra	22.001	22.001	3.131	(457)
Total posição Líquida Ativa / Passivo	22.001	27.921	3.131	(821)
Ativo Circulante			367	-
Ativo Não Circulante			2.764	457
Passivo Circulante			-	(1.278)

Descrição	Valor de referência (Nocional)		Valor justo	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Contratos de "swaps"				
Indexador:				
Dólar norte-americano + 7,3414 % ao ano				
Op. Citibank				
Total Op. Citibank	-	5.920	-	(1.278)
Indexador:				
Dólar norte-americano + 3,9555% ao ano				
Op. Safra				
Total Op. Safra	30.002	30.002	4.556	865
Total posição Líquida Ativa	30.002	35.922	4.556	(413)
Ativo Circulante			540	-
Ativo Não Circulante			4.016	865
Passivo Circulante			-	(1.278)

d. Instrumentos Financeiros – Opção de compra da parcela remanescente de 40% do capital da Prodiet

A mensuração de valor justo para a opção de compra tem por objetivo avaliar o valor da opção de acordo com a variação na expectativa de resultado da Companhia.

O valor da opção foi determinado pela diferença da expectativa de resultados futuros derivados da análise de dois cenários:

- Se a aquisição fosse feita sem a opção de compra, a estrutura societária resultante permaneceria 60% Profarma e 40% antigos controladores. Para esta situação, o exercício da expectativa de resultados futuros, através de uma projeção de fluxo de caixa para 10 anos com perpetuidade, foi considerado como sendo o cenário base para a avaliação do valor da Prodiet.
- Sendo a aquisição efetuada com a opção de compra, embora a estrutura societária resultante permaneça a mesma, a influência da Profarma na administração da Prodiet se ampliou, permitindo maiores ganhos decorrentes de sinergias a partir do exercício da opção. Para esta situação, o exercício da expectativa de resultados futuros, através de uma projeção de fluxo de caixa para 10 anos com perpetuidade, foi realizado alterando-se algumas premissas do cenário base para a avaliação do valor da Prodiet.

Como resultado da diferença entre os cenários descritos, assumimos que nos primeiros 5 anos (tempo estimado para exercício da opção) as premissas gerais das projeções de fluxo de caixa seriam as mesmas. No cenário “com opção”, a partir do momento em que a Profarma passe a ter o controle total da Prodiet, as premissas relativas a projeção dos últimos cinco anos seriam distintas. O conceito básico é que, estando com 100% de participação, a Profarma teria mais efetividade para implementar mudanças/melhorias cujo reflexo seria traduzido em uma margem operacional maior a do 6º ano de aquisição.

Consolidado

Descrição	Valor de referência (Nocional)		Valor justo	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Opção de compra				
40% Prodiet - Posição Ativa	9.236	9.236	939	939
20% Arpméd - Posição Ativa	554	-	285	-

26.4 Gerenciamento de Risco

a. Risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão sob rigorosas diretrizes de crédito da Administração, que consiste no constante monitoramento dos saldos e operações dos clientes, considerando a pontualidade de pagamento e pulverização de risco, buscando minimizar eventuais prejuízos decorrentes da inadimplência.

A Companhia registrou provisão para devedores duvidosos, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 da controladora é R\$ 12.116 (R\$ 9.018 em 31 de dezembro de 2011) e consolidado R\$ 15.168 (R\$ 10.946 em 31 de dezembro de 2011), para cobrir possíveis riscos de crédito, conforme descrito na nota explicativa nº 8.

		Valor contábil			
		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Contas a receber	8	490.480	421.411	550.587	474.108
Outros créditos	11	68.151	55.893	68.978	55.912
Caixa e equivalentes de caixa	7	35.927	18.409	49.327	22.888
		<u>594.558</u>	<u>495.713</u>	<u>668.892</u>	<u>552.908</u>

b. Risco de Liquidez

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. A Administração julga que a Companhia apresenta um adequado balanceamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, além de uma geração de caixa, no conceito EBITDA, satisfatória.

Segue posição dos passivos financeiros por vencimento:

		Controladora				
		Valor Contábil	Fluxo de caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos
31 de dezembro de 2012						
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos e financiamentos		176.989	193.800	91.191	14.728	31.512
Fornecedores		470.183	474.682	474.682	-	-

		Controladora				
		Valor Contábil	Fluxo de caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos
31 de dezembro de 2011						
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos e financiamentos		130.782	164.687	9.927	34.548	62.386
Fornecedores		395.589	399.591	399.591	-	-

	Consolidado					
31 de dezembro de 2012	Valor Contábil	Fluxo de caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos e financiamentos	222.631	243.454	111.182	30.855	37.677	63.740
Fornecedores	514.650	519.164	519.164	-	-	-

	Consolidado					
31 de dezembro de 2011	Valor Contábil	Fluxo de caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos e financiamentos	141.412	176.937	9.927	34.548	67.092	65.370
Fornecedores	434.546	438.664	438.664	-	-	-

c. Risco de Mercado

Risco da Taxa de Juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos e financiamentos, como também sobre as receitas financeiras, oriundas de suas aplicações financeiras. Este risco surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes do CDI.

A Companhia tem como indexador financeiro de suas operações a variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2012 a dívida bruta indexada ao CDI somada a posição assumida nos swaps contratados totaliza R\$ 222.631 (R\$ 141.412 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia considera o risco de variações da taxa CDI como fator de risco de mercado relevante.

No cenário provável, considerando a expectativa de mercado conforme dados do BACEN publicados em 22/02/2013, indicavam uma taxa efetiva média estimada em 7,25% para o ano de 2012, frente à taxa efetiva de 8,62% em 31 de dezembro de 2012. Adicionalmente, em testes de sensibilidade para cenários mais rigorosos, consideramos aumentos na taxa média do CDI da ordem de 25% e 50%.

Segue abaixo quadro com a análise de sensibilidade nos três cenários propostos considerando o impacto negativo no resultado, antes dos impostos, gerado pela dívida indexada ao CDI em aberto em 31 de dezembro de 2012:

Controladora

Operação	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Aplicações indexadas ao CDI	1.827	2.284	2.740
Empréstimos indexados ao CDI	(10.917)	(13.646)	(16.376)
SWAPs indexados ao CDI	(1.777)	(2.221)	(2.665)
Impacto de Juros s/ Dívida líquida indexadas em CDI	(10.867)	(13.583)	(16.301)
Taxa anual estimada do CDI em 2012	7,25%	9,06%	10,88%

Consolidado

Operação	Cenário provável	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Aplicações indexadas ao CDI	2.421	3.026	3.631
Empréstimos indexados ao CDI	(12.345)	(15.431)	(18.518)
SWAPs indexados ao CDI	(2.427)	(3.034)	(3.641)
Impacto de Juros s/ Dívida líquida indexadas em CDI	(12.351)	(15.439)	(18.528)
Taxa anual estimada do CDI em 2012	7,25%	9,06%	10,88%

d. Risco de Taxa de câmbio

A Companhia considera exposição à variação do Dólar um risco de mercado relevante e para mitigar este risco contratou junto aos Bancos Citibank e Safra operações de SWAP observando as mesmas datas, vencimentos e valores nominais de suas exposições passivas contratadas com a mesma instituição em moeda estrangeira, de forma a anular o risco cambial, substituindo-o pela variação percentual do CDI.

A Companhia calculou as variações nos valores contabilizados dos instrumentos financeiros com risco cambial em três cenários distintos, considerando a possível variação do dólar Ptax. A Companhia utilizou na construção do cenário provável o dólar futuro para cada vencimento dos seus instrumentos financeiros, obtidos junto a BM&F Bovespa em 31 de dezembro de 2012.

O swap não possui custo inicial. A operação de swap está casada com as captações em moeda estrangeira em termos de valor nominal, prazo e taxa de juros, sendo nulo seu efeito no vencimento. O resultado de swap entre a ponta ativa (dólar) e a ponta passiva (CDI), está registrada no ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo.

A Companhia tem por política liquidar contratos de longo prazo somente no vencimento. O efeito líquido demonstrado no quadro de análise sensibilidade em 31 de dezembro de 2012 é gerado pela diferença na forma de mensuração dos instrumentos financeiros indexados a variação cambial. Enquanto os empréstimos são reconhecidos pelo seu custo amortizado os swaps se encontram reconhecidos pelo seu valor justo conforme Deliberações 566 e 603 da CVM. Nas datas de vencimento dos empréstimos o seu custo amortizado será igual ao seu valor justo anulando completamente o efeito de variações cambiais no caixa da Companhia.

A Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros de risco ou que tenham caráter especulativo.

Conforme demonstrado abaixo, em nenhum dos cenários, considerando o risco da oscilação do dólar, a Companhia incorreria em perda contábil. Vide a seguir quadro demonstrativo:

Análise de sensibilidade

Controladora

		Cenário Provável	Cenário I Deterioração de 25%	Cenário II Deterioração de 50%
DÓLAR	Risco			
Taxa câmbio em 31/12/2012 (a)		2,04	2,04	2,04
Taxa câmbio estimada para 31/12/2013 (a)		2,10	1,57	1,05
Empréstimos em moeda estrangeira	Alta taxa do US\$	(676)	6.095	12.867
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	Queda taxa do US\$	707	(6.380)	(13.467)
	Efeito líquido	<u>31</u>	<u>(285)</u>	<u>(600)</u>

Consolidado

		Cenário Provável	Cenário I Deterioração de 25%	Cenário II Deterioração de 50%
DÓLAR	Risco			
Taxa câmbio em 31/12/2012 (a)		2,04	2,04	2,04
Taxa câmbio estimada para 31/12/2013 (a)		2,10	1,57	1,05
Empréstimos em moeda estrangeira	Alta taxa do US\$	(929)	8.378	17.685
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	Queda taxa do US\$	973	(8.779)	(18.532)
	Efeito líquido	<u>44</u>	<u>(401)</u>	<u>(847)</u>

(a) Fonte site da Bovespa - projeções.

e. Risco de preço

Considerando que o valor a ser pago pela Profarma pelos 40% da Prodiet está intrinsicamente ligado à variação do EBITDA desta, o quadro abaixo visa demonstrar os valores da opção de compra dos 40% remanescentes da Prodiet e da parcela a pagar de earn out referente a aquisição já concretizada de 60% da mesma empresa, num cenário de EBITDA maior margens 25% e 50% maiores:

Consolidado**Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade – Efeito na Variação do Valor Justo**

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
EBTIDA - Prodiet				
Ativo				
Opção de compra - 40% Prodiet	Queda Ebtida	-	(939)	(939)
Opção de compra - 20% Arpméd	Queda Ebtida	-	(285)	(285)
Passivo				
Earn out - 60% Prodiet	Aumento Ebtida	822	1.233	2.465

f. Risco de Capital

O Grupo gerencia seu capital com o intuito de garantir que suas empresas continuem operando de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização de sua estrutura de capital. A estrutura de capital do Grupo consiste em captação de recursos por meio de novos empréstimos e financiamentos (Nota 18), caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, pagamentos de dividendos, reservas e lucros acumulados.

27 Despesas operacionais

	Controladora	
	31.12.2012	31.12.2011 (Reclassificado)
Despesas Gerais e administrativas		
Despesas c/ Funcionários e Serv Terceiros	(48.272)	(43.800)
Despesas da Estrutura	(24.920)	(17.811)
	<u>(73.192)</u>	<u>(61.611)</u>
Despesas comerciais e de marketing		
Despesas c/ Funcionários e Serv Terceiros	(35.235)	(35.490)
Despesas da Estrutura	(25.107)	(19.466)
	<u>(60.342)</u>	<u>(54.956)</u>
Despesas com logística e distribuição		
Despesas c/ Funcionários e Serv Terceiros	(80.156)	(70.150)
Despesas da Estrutura	(10.347)	(11.537)
	<u>(90.503)</u>	<u>(81.687)</u>

- Com objetivo de melhor apresentar as despesas operacionais da companhia, a administração reclassificou as despesas com Aluguel, condomínio e IPTU, apresentados anteriormente em 31 de dezembro de 2011, na linha de despesa de “Logística e distribuição” para “Gerais e administrativas” na Demonstração de Resultados da Controladora e Consolidado, no montante de R\$ 9.782 no exercício.

28 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2012 a cobertura de seguros estava distribuída da seguinte forma:

Itens cobertos	Tipo de cobertura	Limite máximo de indenização
Instalações, equipamentos e estoques	Incêndio/Raio/Explosão	172.400
Instalações, equipamentos e estoques	Riscos diversos	11.372
Lucros cessantes(Despesas fixas, perda de lucro líquido)	Riscos diversos	57.000
Terceiros	Responsabilidade civil	319
Total		241.091

29 Avais, fianças e garantias

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2012, fianças nos Bancos Santander e Safra, no montante de R\$ 4.230 (R\$ 5.730 no exercício de 31 de dezembro de 2011), relacionadas às suas operações junto aos seus fornecedores, cujas taxa média anual de contratação é de 1% do total das referidas operações e são renovados anualmente entre janeiro e abril de 2012.

30 Eventos subsequentes

- Em 17 de janeiro de 2013 a Profarma celebrou contrato para aquisição de 100% das ações da CSB Drogarias S.A., o que totaliza R\$ 87,0 milhões. Líquidos dos saldos de dívida e caixa, nesta mesma data. A aquisição ocorrerá após aprovação da operação pelo CADE, quando também ocorrerá o pagamento. A Companhia ainda aguarda esta aprovação,. Esta empresa, opera no varejo farmacêutico do Rio de Janeiro com 85 lojas utilizando as marcas Drogasmil e Farmalife.
- Em 30 de janeiro de 2013 a Profarma celebrou contrato para aquisição de 50% do capital da Rede de Drogarias Tamoio, por meio de aporte primário de R\$ 62,3 milhões e secundário de 43,1 milhões, a serem pagos após aprovação do CADE, representando um múltiplo EV/Ebitda (2013E) de 7,5x. Os 50% do capital total remanescente, quando adquiridos, serão valorizados a um múltiplo EV/Ebitda de 7,5x com relação aos doze meses anteriores à data da aquisição. O foco em suas 57 lojas é comercializar medicamentos, produtos de perfumaria e higiene pessoal, tendo como diferencial sua forte atuação nos segmentos de beleza e dermocosméticos. A Companhia ainda aguarda a referida aprovação pelo CADE para concluir a aquisição

- Em 14 de fevereiro de 2013 a Profarma aprovou realização da sua primeira emissão de notas promissórias comerciais, com garantia real, em série única (“Emissão” e “Notas Promissórias”, respectivamente), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476” e “Oferta Restrita”, respectivamente). Serão emitidas até 10 (dez) Notas Promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando, na Data de Emissão (conforme abaixo definida), o valor de até R\$ 100.000.
- A Profarma celebrou, em 21 de fevereiro de 2013, Joint Venture com a FF Group Participações S.A. (“Nutrilatina”) para a criação da Supernova Comércio Atacadista S.A. (“Supernova”), com Capital Social inicial de R\$ 300.

A Supernova será uma plataforma de distribuição dos produtos da Nutrilatina, utilizando toda a expertise da Profarma no segmento. Com esta operação, a Profarma passa a comercializar com exclusividade os produtos Nutrilatina para o varejo farmacêutico e marca sua entrada, também com distribuição exclusiva, em um novo canal que conta com cerca de 1.500 body shops - lojas de suplementos alimentares e esportivos.

Esta operação viabiliza a introdução da Cia no segmento de produtos voltados ao bem-estar, gerenciamento de peso, suplementação esportiva e estética, que apresenta margens superiores às praticadas em produtos farmacêuticos. Adicionalmente, a Nutrilatina, por meio da logística Profarma, aumenta a distribuição e a eficiência na entrega em todo o Brasil, melhorando a capilaridade de seus produtos. A Joint Venture será composta por 35% de participação da Profarma, 35% da Nutrilatina e mais 30% do Sr. Leonardo Chiacchio. A Profarma terá a opção de compra dos 30% pertencentes a Leonardo Chiacchio após quatro anos, condicionado a renovação do contrato de distribuição dos produtos Nutrilatina por mais cinco anos.

- Em 15 de março de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real adicional, em série única (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476” e “Oferta Restrita”, respectivamente). Serão emitidas até 20.000 Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando, na data de emissão que será 08 de abril de 2013, o valor de até R\$ 200.000, com vencimento em 08 de março de 2018.

31 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2013.

Composição da Diretoria:

Diretor Presidente
Sammy Birmarcker

Diretor Executivo
Maximiliano Fischer

Membros do Conselho de Administração

Sammy Birmarcker
Manoel Birmarcker
Armando Sereno
Dan Ioschpe
Fernando Perrone

Membros do Conselho Fiscal
Jorge Ribeiro dos Passos Rosa
Gilberto Braga
Elias de Matos Brito

Contadora
Cátia Campos Victor Rodrigues
CRC-RJ 078.195/O-3